

Política

CONSTITUINTE

Incerteza sobre o placar depois de uma frustrada negociação

por Cecília Pires de Brasília
O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, coloca em votação hoje o sistema de governo sob um clima de total incerteza do placar. O tom de expectativa em torno do sistema a ser aprovado — presidencialista ou parlamentarista — foi dado pelo próprio Ulysses.



Mário Covas

Sob a firme determinação de bater chapa com os parlamentaristas, e trabalhando pela aprovação da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena hoje, ou amanhã, com a qual tentará garantir, depois, os cinco anos de mandato, o governo passou a contar com a pressão de boa parte dos governadores que estarão hoje em Brasília. Até o início da tarde, já haviam chegado pelo menos catorze governadores que tentaram trabalhar suas bancadas, embora nem todos a favor do presidencialismo.

Depois que o governo de-sauturizou emissários que buscavam um acordo com a Constituinte em torno da tese "parlamentarismo-já" com cinco anos de mandato para Sarney, tudo pode acontecer, hoje. Até o acordo, Ulysses, que trabalhou a semana toda nos bastidores para um entendimento dentro da Constituinte, em torno desta tese, desmentiu ontem que estivesse negociando alguma coisa, qualificou o documento com 167 assinaturas da bancada do PMDB em prol do parlamentarismo, entregue ontem, como "importante", mas afirmou que ficará imparcial na hora da votação. Admitiu, no entanto, que acordos aconteçam "até na 25ª hora".

Segundo Ulysses, que só vota em caso de empate, "é difícil um acordo quando as convicções estão muito enraizadas. Mas a Constituinte já teve momentos críticos em vários temas polêmicos e acabou entrando em acordo na última hora. Quando votamos a emenda parlamentarista na sucessão do presidente Jânio Quadros, houve entendimento. Em poucos dias e noites, achamos a saída".

(O acordo, na época, foi feito na madrugada que antecedeu a votação). Ulysses constatou, ao longo do último domingo, que a situação do parlamentarismo, que crescia na semana passada, ficou pior. Durante um encontro, no domingo, com o ministro-chefe do SNI, ge-

Hoje, a decisão do sistema de governo

por Riomar Trindade de Brasília

A sessão começa às 14 horas, com transmissão pela televisão. Na preliminar, vota-se a única emenda popular que chegou ao plenário: a que concede à sociedade civil a iniciativa de propor leis (veja matéria abaixo). Em seguida, começa a votação política mais importante da Constituinte, até agora — a que vai decidir se o País terá um sistema de governo presidencialista ou parlamentarista, depois de promulgada a nova Carta. E o primeiro passo para se chegar a uma questão mais delicada, dentro de trinta dias, o mandato do presidente José Sarney. A incerteza sobre o resultado é total, tanto no governo quanto na oposição — ambos garantem que ganham.

"Será uma tarde histórica", declarou, no final da tarde de ontem, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convencido de que o começo da votação do sistema de governo, hoje, ocorrerá

Militares aceitam o parlamentarismo

por Rita Medeiros de Brasília

Os ministros militares acatam a tese do parlamentarismo desde que seja uma opção negociada entre as forças políticas da Constituinte e que o texto final da Constituição mantenha a subordinação dos ministros militares ao presidente da República — afirma, ontem, a este jornal, fontes militares. Embora os chefes do Exército e da Aeronáutica tenham-se declarado a favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, essas questões "não são tratadas do mesmo jeito, mas de

forma diferenciada", revelaram as mesmas fontes.

Segundo elas, os ministros militares tendem a acatar incondicionalmente o que for decidido pela Constituinte, como o parlamentarismo em alternativa ao presidencialismo. Entretanto, a possibilidade de serem convocados eleições diretas neste ano provoca um certo temor, reafirmou ontem uma fonte estreitamente ligada a um ministro militar.

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, que se encontra nos Estados Unidos, chegou a afirmar, na semana retrasada, que, se fosse decidido um mandato mais curto para o presidente,

a situação político-econômica do País ficaria mais grave nos próximos meses. Naquela ocasião, o ministro teria revelado que os chefes das três Armas estavam dispostos a encaminhar essa preocupação aos constituintes através de suas assessorias parlamentares.

O deputado Gil César (PMDB-MG), que esteve no final de semana com o ministro do Exército, revelou que o general Leônidas Pires Gonçalves não se manifestou contrário ao parlamentarismo embora tenha ressaltado durante a conversa, na Academia de Tênis de Brasília, sua preferência pelo presidencialismo. Segundo ele, o ministro teria dito que "não tem nada contra o parlamentarismo, se for apoiado pelo consenso da maioria, embora ele pessoalmente defenda o presidencialismo, por considerar esse caminho mais adequado à realidade brasileira".

Porém, o mesmo não ocorre com um mandato mais curto para o presidente. Segundo um dos assessores do ministro do Exército "as Forças Armadas são favoráveis ao que prega a Constituinte em vigor, um mandato de cinco anos, que seria de seis se o presidente José Sarney não tivesse aberto mão de um ano de governo".

José Sarney às 17,30 horas. A definição do sistema de governo começa com a apreciação pela Constituinte da emenda encabeçada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que propõe o presidencialismo.

De acordo com o regimento, por ter atingido o maior número de assinaturas (352), essa emenda tem preferência automática de votação sobre as demais que tratam do mesmo tema. Se for aprovada, as propostas coincidentes e antagônicas ficam prejudicadas. A partir daí, serão somente apreciadas pelos constituintes as emendas aditivas ao texto aprovado.

Na hipótese contrária, ou seja, da rejeição da emenda, será posta em votação outra, a do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB/PE), propondo o parlamentarismo. Segue-se, então, o mesmo procedimento: serão prejudicadas propostas coincidentes e antagônicas, e a deliberação sobre as emendas aditivas ou modificativas do texto aprovado.

Podem ocorrer ainda que a emenda presidencialista não obtenha 280 votos nem de aprovação nem de rejeição. Nesse caso, determina o regimento interno da Constituinte que a votação seja repetida na sessão seguinte. Com 24 horas de intervalo entre uma e outra, para decisão final do plenário, sem que a sessão seja suspensa. A suspensão só existe na ocorrência do "buraco negro" que se caracteriza quando uma matéria destacada para ser apreciada em separado do texto não obtém os votos da maioria absoluta dos constituintes (280), tanto para aprovação quanto para rejeição.

"Coesão para evitar retrocesso"

por Elaine Lerner de Brasília

O presidente José Sarney quer uma "ampla coesão nacional", a vigorar logo após a votação do mandato presidencial e do sistema de governo, como forma de "superar a etapa final de transição democrática, afastando a possibilidade de retrocesso político". O apelo foi feito, ontem, véspera da votação do sistema de governo, ao governador do Paraná, Alvaro Dias, que, assim como os outros dez governadores — todos presidencialistas e favoráveis a um mandato de cinco anos — estiveram com Sarney em audiências separadas, no Palácio do Planalto.

Alvaro Dias explicou que essa unidade proposta pelo presidente não significa um pacto político. "É o estabelecimento de uma base política no governo, sem origem partidária, para superar as dificuldades nacionais", que poderia ser denominada "bancada da transição", segundo Dias.

A exemplo do governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, Dias acredita que a adoção do parlamentarismo, nesse momento, só agravará a crise institucional. A mesma opinião foi manifestada pelo governador do Amazonas, Amazonino Mendes. Cafeteira, mais efusivo, disse ao presidente que "parlamentarismo já" pode ser considerado "um golpe", ao retirar

A articulação presidencialista

por Zanoni Antunes de Brasília

Um grupo de constituintes presidencialistas, reunido na noite de ontem no gabinete do senador Humberto Lucena (PMDB), presidente do Congresso, saiu do encontro convicto que o presidencialismo será o vencedor na votação de hoje. Os 22 presidencialistas, representando todos os partidos com assento na Assembleia Constituinte — à exceção do PC, PC do B e PSB — repassaram, um a um, os nomes dos 559 parlamentares e concluíram que a emenda será aprovada com uma margem de 40 a 50 votos.

A reunião de ontem à noite juntou na mesma sala representantes de correntes políticas antagônicas, como o líder

em clima pacífico. "Estou preparado, com ótimo estado de espírito. E acredito no comportamento civilizado dos constituintes", acrescentou Ulysses. Entretanto, por medida de

precaução, a segurança do Congresso Nacional foi reforçada e será exigida identificação nas portarias. O ingresso nas galerias se processará mediante prévia distribuição de

"senhas" pelos partidos, esquema já utilizado quando da apreciação de outros temas polêmicos, como o direito de propriedade.

Mas quem quiser acompanhar poderá assistir pela

televisão. A rede Manchete inicia a cobertura às 10 horas, com "flashes" do plenário, e a partir do início da votação, transmitirá ao vivo.

A Rede Globo começa os "flashes" ao vivo, depois do jornal Hoje, sem interromper a programação normal, enquanto a Bandeirantes a princípio colocará a votação no ar dentro do programa jornalístico Canal Livre, no final da tarde.

Os hotéis de Brasília estão lotados e o deputado Ulysses Guimarães espera que todos os 559 deputados e senadores, dos treze partidos representados na Constituinte, estejam em Brasília. Esta esperança do presidente da Constituinte pode não se concretizar: o deputado Theodoro Mendes, do PMDB de São Paulo, por exemplo, tem audiência com o presidente

do PT, José Genoíno, e o coordenador do "Centrao", Dasso Coimbra, mas que tinham em comum a defesa do sistema presidencialista de governo.

Checaram os nomes dos aliados, um a um, para obter um quadro mais preciso da votação. Adolfo Oliveira, no entanto, acha que muitos constituintes se absterão ou deixarão de comparecer na primeira votação. Idêntica opinião também foi manifestada pelo deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), que acredita que será grande a abstenção "para valorizar o voto na negociação que ocorrerá nas 24 horas seguintes".

O senador Humberto Lucena, autor da emenda presidencialista, está otimista e acredita que a sua proposta será aprovada na primeira votação.

também através dos deputados Milton Reis (PMDB-MG), Dasso Coimbra (PMDB-RJ) e pelo seu filho, o deputado Sarney Filho. Também a filha do presidente, Roseana, que está morando fora de Brasília, passou o dia junto ao pai.

A tranqüilidade demonstrada por Sarney aos governadores transpareceu também durante a solenidade de abertura das comemorações do centenário da abolição da escravatura, realizada à tarde, no Palácio do Planalto. "O presidente está descontraído e até aliviado porque a novela está terminando e terá um final feliz", explicou o governador do Maranhão.

"A vitória está assegurada e o presidente está satisfeito", informou o líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, ontem, pela manhã, após levar informações ao presidente, no Palácio da Alvorada. Segundo Fernando Sarney, filho do presidente, seu pai está sendo abastecido sobre os votos dos constituintes

os poderes de um governo legalmente constituído e transferi-los para o Legislativo. "O presidente sorriu e até concordou", informou Cafeteira. O governador do Maranhão, que garantiu a Sarney 18 dos 21 votos da bancada maranhense na votação pelo mandato de cinco anos, e "frança maioria" pela emenda presidencialista, lançou um desafio aos governadores parlamentaristas: "Quero vê-los conduzir seus mandatos — como estão hoje — dentro do sistema parlamentarista".

A exemplo das manifestações dos líderes do governo sobre a impossibilidade do presidente Sarney negociar o sistema de governo e

a duração de seu mandato, os governadores também não concordam com essa possibilidade — nem com o impasse. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, foi bastante enfático, ontem, ao afirmar que "não haverá impasse, de maneira que não pensei em como resolvê-lo".

"A vitória está assegurada e o presidente está satisfeito", informou o líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, ontem, pela manhã, após levar informações ao presidente, no Palácio da Alvorada. Segundo Fernando Sarney, filho do presidente, seu pai está sendo abastecido sobre os votos dos constituintes

longo prazo, uma reforma agrária orientada para o assentamento de camponeses com salários inferiores a um salário-mínimo. Para os médios e pequenos produtores, facilidades creditícias, assistência técnica, garantia de preços e apoio logístico para o transporte da safra.

Trabalhadores urbanos — Estimulo às atividades intensivas de mão-de-obra com mudança na base da cobrança dos encargos sociais; uma reforma administrativa visando a qualificação e diminuição do número de servidores públicos com o fim dos marajás; a manutenção da Unidade de Referência de Preços (URP) para os trabalhadores privados e funcionalismo público federal, deixando para os governos estaduais a definição das suas políticas salariais.

Salários — Elevação do patamar salarial brasileiro a níveis compatíveis com a produtividade média da economia e em termos não inflacionários.

Política fiscal — Tendo em vista a impossibilidade de aumentar no curto prazo a tributação na fonte do Imposto de Renda e uma majoração nos impostos indiretos, promover a taxa progressiva dos ganhos no mercado financeiro; agilização da máquina arrecadadora; e a redefinição dos incentivos fiscais e de todos os subsídios diretos e indiretos.

Política de preços — Que seja postergada a recuperação real das tarifas e preços públicos, mantendo-se apenas a tarifa média real dos últimos 30 dias, com uma atuação rigorosa do Conselho Interministerial de Preços (CIP) sobre os oligopólios e cesta básica.

Política monetária — Esta política deve evitar a prática de juros reais negativos, mas que também não sancione eventuais pressões altistas para os juros como forma de combate à inflação.

Política cambial — Foi sugerido apenas o respeito à paridade cambial do cruzado em relação à cesta de moedas, mantendo-se a política de minidesvalorizações diárias.

Retomada do crescimento — A imediata definição, seleção e incremento dos investimentos públicos através do aumento da carga tributária, da redução das isenções, da implantação da reforma tributária, que permitam investimentos na infraestrutura básica de energia, transporte, comunicações e em tecnologias modernas; e enfrentamento corajoso do programa nacional de privatização; e um orçamento trienal para investimentos.

Divida e política externa — O pagamento da dívida externa fica condicionado às efetivas disponibilidades de recursos da economia brasileira com o não comprometimento do nível das reservas cambiais; a volta do comprador de 25% sobre a compra de passagens e câmbio nas viagens. Exterior, que visa recolhimento de US\$ 300 milhões por ano; a renovação da resolução número 88 do Banco Central, que concede financiamentos às exportações, deixando ao setor privado o risco do crédito para suas exportações; também ficou sugerido que a União fique responsável pela devolução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) nas regiões Nordeste e finalmente, a fixação de valores básicos superiores para o trigo, milho e café, que poderia representar uma economia entre US\$ 200 milhões e US\$ 500 milhões por ano.

O texto da nova Constituição

Abaixo, a íntegra dos textos aprovados ontem pelo Assembleia Nacional Constituinte:

Artigo 83 — Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou, por qualquer forma, administre dinheiro, bens e valores públicos, ou pelos quais a União responda, ou, ainda, que em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária.

Artigo 84 — O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I — Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de natureza especial ou provimento em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

II — Realizar inspeções e auditorias de natureza financeira, contábil, operacional e patrimonial, quando requeridas pela Câmara dos Deputados, Senado Federal ou comissões de inquérito nas unidades administrativas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso III;

III — Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do respectivo tratado constitutivo;

IV — Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

V — Prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional ou qualquer de suas Casas, por iniciativa da comissão competente, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e, ainda, sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

I — Apreciar as contas prestadas anualmente pelo primeiro-ministro, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento;

II — Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público Federal e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Nacional;

III — Representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados;

Parágrafo 1º — No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, ou solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

Parágrafo 2º — Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de 90 dias, não efetivarem as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

Parágrafo 3º — As decisões do tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

Parágrafo 4º — O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Artigo 84 — O Tribunal de Contas da União, integrado por doze ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no artigo 114.

Parágrafo 1º — Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de idoneidade moral, reputação ilibada e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis e de administração pública, com mais de dez anos de exercício da função ou de efetiva atividade profissional, para um mandato, não renovável, de oito anos, obedecendo as seguintes condições:

TCU vai ser modificado

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A Assembleia Constituinte definiu ontem a competência da composição do Tribunal de Contas da União (TCU). Em vez dos nove membros que possui atualmente, o TCU será composto por doze ministros. Dois terços (oito) serão indicados pelo Congresso Nacional e o terço (quatro) restante, pelo presidente da República. Pela Constituição em vigor, ca-

be ao chefe do Executivo a nomeação dos ministros do TCU, depois de aprovada a indicação pelo Senado.

Os ministros serão escolhidos entre os brasileiros com mais de 35 anos e menos de 65, de idoneidade moral, notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros e de administração pública, com mais de dez anos de exercício da função ou de efetiva atividade profissional. O mandato será de oito anos, não renovável.